DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA

Conforme Lei Municipal nº 1.635, de 23 de abril de 2018

www.paulodefaria.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/paulo_de_faria

Sexta-feira, 09 de abril de 2021 | Ano IV | Edição nº 511 | Página 1 de 12

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE PAULO DE FARIA	2
Terceiro Setor	2
Termo de Colaboração	2
Comunicados	11

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Paulo de Faria, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Paulo de Faria poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.paulodefaria.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/paulo_de_faria
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Paulo de Faria
CNPJ 45.150.166/0001-22
Rua XV de novembro, 790
Telefone: (17) 3802-9200
Site: www.paulodefaria.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/paulo_de_faria

Câmara Municipal de Paulo de Faria
CNPJ 51.351.732/0001-67
Praça Peregrino Benelli, 52
Telefone: (17) 3292-1360 | (17) 3292-1730
Site: www.camarapaulodefaria.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Paulo de Faria garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.paulodefaria.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/paulo_de_faria

PODER EXECUTIVO DE PAULO DE FARIA

Terceiro Setor | **Termo de Colaboração**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2021.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA E A ASSOCIAÇÃO LAR ALLAN KARDEC DE PAULO DE FARIA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PAULO DE FARIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.150.166/0001-22, estabelecida nesta Cidade, à Rua XV de Novembro, nº 790, bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal MÁRIO DE FELICIO NETO, brasileiro, casado, veterinário, portador da Cédula de Identidade nº 3245744 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 307.206.278-18, doravante denominado **CONCEDENTE**; e do outro a **ASSOCIAÇÃO LAR ALLAN KARDEC DE PAULO DE FARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.017.163/0001-76, estabelecida nesta Cidade, à Rua Gabriel Domingues Borges, 526, bairro Centro, no município de Paulo de Faria (SP), neste ato representada por seu Presidente, **ADOLFO JOSÉ DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade nº 5.288.365, inscrito no CPF/MF sob o nº473.159.468-53, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar o **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento nos Autos de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 004/2021, no Decreto Municipal nº 1.571, de 25 de janeiro de 2017, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, na Instrução Normativa nº 02/2016, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração tem por objeto atender pessoas idosas no nível de proteção social de alta complexidade, prestar serviços de acolhimento institucional em situação de risco. Os atendimentos deverão ser coordenados pela entidade e estar à disposição do município, conforme Plano de Trabalho.

Fone: (17) 3802-9200
Rua XV de Novembro, 790 - Centro - CEP: 15.490-000 - Paulo de Faria-SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 – O presente Termo de Colaboração terá como gestor da Proponente a Senhora **DEOLINA FRANCISCA DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade nº 5.435.516-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 614.770.998-04, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, nos termos do art. 37, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014.

2.2 – A CONCEDENTE nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração o Senhor **EDSON NASARÉ DE OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade nº 10.643.075, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.716.638-22, conforme Portaria Municipal nº 5.435, de 11/01/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

a) Fornecer os recursos para a execução deste objeto, conforme as disponibilidades orçamentárias e financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso aprovado conjuntamente com o Plano de Trabalho, em conta bancária específica indicada pela PROPONENTE;
b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
c) Monitorar e avaliar, os objetivos e metas da parceria, durante e após a vigência do objeto, por comissão a ser nomeada pelo poder publico municipal, em cumprimento ao disposto no Art. 58, da Lei Federal 13.019/2014;
d) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
e) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Paulo de Faria;
f) Publicar o extrato deste Instrumento do Diário Oficial;
g) Receber e analisar as prestações e contas encaminhadas pela PROPONENTE;
h) Elaborar elucidativo parecer conclusivo sore a prestação de contas da PROPONENTE, a fim de atender aos princípios da legalidade, da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos seus recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59, da Lei nº 13.019, de 03 de Julho de 2014.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração, observando aos objetivos, atividades e metas previstas no Plano de Trabalho;
b) Prestar informações esclarecimento sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
c) Permitir livre acesso ao Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações relevantes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;
d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

Fone: (17) 3802-9200
Rua XV de Novembro, 790 - Centro - CEP: 15.490-000 - Paulo de Faria-SP.

e) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

g) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão Concessor no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;

h) Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados, e situação da prestação de contas da parceria, bem como atender à Lei Federal nº 12.527/2011;

i) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;

j) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública, no que dispõe o Decreto Municipal nº 1.571, de 25 de janeiro de 2017.

k) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

l) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

m) Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de pagamento a autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

n) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, no valor de R$ 156.658,00 (Cento e Cinquenta e Seis Mil, Seiscentos e Cinquenta e Oito Reais), exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeir;

o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente Instrumento, efetuando todas as movimentações relacionadas aos recursos do presente Termo nesta conta bancária;

p) Não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para execução do presente objeto;

q) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados;

r) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

corretamente conforme o Plano de Trabalho;

s) Comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Colaboração todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
t) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
u) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange à prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
v) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;
w) A prestação de contas de aplicação dos recursos deverá ser apresentada até a data de 31 de janeiro do ano seguinte aos repasses, compreendendo as demonstrações relativas a todo o exercício, sendo acompanhada da documentação prevista nos artigos 176 a 184, da Instrução nº 02/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, excetuando-se os documentos de competência do Órgão Concessor.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

4.1 – A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverão comprovar também a quitação das obrigações de natureza previdenciária e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
4.2 – Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies entre a CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

5.1 – Para a execução das atividades previstas neste Termo de Parceria, no presente exercício, a CONCEDENTE transferirá à PROPONENTE, conforme o cronograma de execução, o valor total de até R$ 127.682,00 (Cento e Vinte e Sete mil, Seiscentos e Oitenta e Dois Reais).
0.01.00 - 08.241.0005.2010.0000 - 3.3.50.43.00 - Ficha 047
FR 01 - C Aplic 510.000 - R$ 90.000,00
0.02.00 - 08.241.0005.2010.0000 - 3.3.50.43.00 - Ficha 048
FR 02 - C, Aplic. 500.012 - R$ 20.162,00
0.05.00 - 08.241.0005.2010.0000 - 3.3.50.43.00 - Ficha 049
FR 03 - C. Aplic. 500.010 - R$ 17.520,00

5.2 – As partes reconhecem que caso haja a necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 – Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na

conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na **Agência 0507- X, no Banco 001, nas Contas Correntes nº 5.491-7 e 16.483-6,** aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

6.2 – Os recursos depositados na conta bancária específica deste Instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

a) Em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, e;
b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.

6.3 – Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ou cheque nominal ao fornecedor, pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para ,saque ou quaisquer pagamentos; durante a vigência do Instrumento, exclusivamente para atender à excepcionalidade prevista no art. 54, da Lei nº 13.019, de 03 de julho de 2014.

6.4 – Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste Instrumento.

6.5 – A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

6.6 – A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a PROPONENTE a participar de novas parcerias, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

7.1 – A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a dada do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) Inexecução do objeto;
b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

Parágrafo Único: compromete-se, ainda a PROPONENTE, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização quando não comprovar o seu emprego na consecução o objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

8.1 – Prestar contas de forma parcial a cada quadrimestre até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao da última transferência, sob pena de suspensão dos recursos financeiros, e de forma integral das receitas e despesas até 31 de janeiro do exercício seguinte e segundo a Lei nº 13.019, de 03 de Julho de 2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objetivo foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de

execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.
8.2 – A prestação de contas deverá ser acompanhada das declarações, demonstrativos e outros documentos elencados nos artigos 176 a 184, da Instrução nº 02/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, excetuando-se aqueles cuja confecção é de competência do Órgão Concessor.
8.3 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a PROPONENTE se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação das contas.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 – Este Instrumento tem sua vigência de 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

10.1 – Fica ainda proibido à PROPONENTE:
a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% (oitenta por cento) de sua receita total;
c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias
i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
j) Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
k) Utilizar os recursos transferidos para custeio de despesas com:
k.1) Multas, juros ou correção monetária decorrentes de encargos de mora, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;
k.2) Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, dos quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
k.3) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atenda às exigências do art. 46, da Lei Federal nº 13.019, de 03 de junho de 2014;
k.4) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
k.5) Adquirir bens permanentes com os recursos municipais;
k.6) Pagamento de despesas bancárias;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

11.1 – O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pela CONCEDENTE a qualquer momento, de acordo com a conveniência do Município.
11.2 – Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.
11.3 – No caso de paralização ou rescisão da parceria, fica a administração autorizada a assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto de modo a evitar sua descontinuidade.
11.4 – Fica estabelecido a faculdade dos participes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidade, desde que notificado com antecedência de prazo não inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1 – Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo Único: admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado na Imprensa Oficial, de acordo com o disposto no art. 38, da Lei Federal nº 13.019, de 03 de Junho de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Paulo de Faria (SP) para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento, nos termos do art. 109, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo a obrigatoriedade da previa tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019, de 03 de Junho de 2014 e Decreto Municipal nº 1.571, de 25 de janeiro de 2017, que não foram mencionados neste Instrumento.

Fone: (17) 3802-9200
Rua XV de Novembro, 790 - Centro - CEP: 15.490-000 - Paulo de Faria-SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.150.166/0001-22

Governo Municipal
PAULO DE FARIA
Honestidade e respeito pela população! 2021-2024

15.2 – E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também subscrevem.

Paulo de Faria (SP), 09 de Abril de 2021.

MÁRIO DE FELÍCIO NETO
Prefeito Municipal

ADOLFO JOSÉ DOS SANTOS
Presidente

DEOLINA FRANCISCA DO SANTOS
Gestor da Parceira pelo Proponente

EDSON NASARÉ DE OLIVEIRA
Gestor da Parceira pelo Cedente

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
Nome: Luiz Ricardo de Paula
RG nº: 24.341.705-8 SSP/SP.

Assinatura: _____
Nome: _____
RG nº: _____

Carlos José Borges
Assistente de Contabilidade
CPF: 181.960.068-88
CRC-SP 303531/O-0

ASSOCIAÇÃO LAR ALAN KARDEC DE PAULO DE FARIA

LEI MUNICIPAL Nº 44/72 — UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL Nº 1069/2002 — LEI ESTADUAL Nº 13.976/2010

ENTIDADE MANTENEDORA E AMPARO AOS IDOSOS

C.N.P.J. Nº 49.017.163/0001-76

RUA GABRIEL DOMINGUES BORGES, 526 - CENTRO - CEP 15490-000 - FONE: (0XX17) 3292-1115 PAULO DE FARIA - SP.

ATA DA POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO LAR ALLAN KARDEC DE PAULO DE FARIA.

Ao (1º.) Primeiro dia do mês de Janeiro de (2020), às (09h00min) nove horas, em sua sede social, sito à Rua Gabriel Domingues Borges, nº. 526, nesta cidade de Paulo de Faria, estado de São Paulo, reuniram se os membros da nova Diretoria, sob a presidência do Conselho o Senhor. Jamil Tufaile Huaixan, que após constatar a presença de todos os eleitos , declarou empossada, conforme Ata da Assembleia Geral realizada no dia dezoito de dezembro de dois mil e dezenove, os membros da nova Diretoria, para o mandato no período de (01/01/2020) primeiro de Janeiro de dois mil e vinte a (31/12/2021) trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um. Sendo assim constituídos: para Presidente: Adolfo José dos Santos; Vice Presidente: Deusdete José Cardoso; 1º. Tesoureiro: Aderval Lopes Andrade; 2º. Tesoureiro: Antônio Carlos Meireles; 1º. Secretário: João Bento de Morais; 2º. Secretário: Luiz Lopes Andrade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Adolfo José dos Santos, agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a Reunião, e determinou a lavratura da presente ata, que depois de lida e aprovada segue assinada pelo Secretário, pelo Presidente e por todos presentes.

João Bento de Morais RG: 3.891.163-2 SSP –SP _____

Adolfo José dos Santos RG: 5.288.365 SSP-SP _____

Deusdete José Cardoso RG: 4.707.525 SSP- SP _____

Luiz Lopes Andrade RG : 5.277.289 SSP- SP _____

Aderval Lopes Andrade RG: 8.384.481 SSP-SP _____

Antônio Carlos de Meireles RG: 7.964.241 SSP-SP _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DELARAÇÃO

A fim de fazer prova perante o ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Paulo de Faria/SP, eu abaixo assinado Adolfo José dos Santos, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG: 5.288.365 SSP-SP, CPF: 473.158.468-53, residente e domiciliado à Rua Zenha Ribeiro, nº. 642- Centro, Paulo de Faria- SP, na qualidade de Presidente da Associação Lar Allan Kardec de Paulo de Faria, declaro sob as penas da Lei, de que a Ata da Posse da Diretoria da Associação citada, encaminhada parta o registro no referido órgão, trata-se de Cópia Fiel extraída do Livro de Ata.

E, por ser a expressão da verdade, firmo a presente para que o produza seus devidos e legais efeitos de direito.

Paulo de Faria, 01 de Janeiro de 2020

Adolfo José dos Santos

OFICIAL DE REGISTRO IMÓVEIS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS PAULO DE FARIA

OFICIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Protocolo Nº: P7 001275

Registrado e Microfilmado sob nº 00127 9

PAULO DE FARIA, 17/01/2020

LUIS HENRIQUE SOARES RIBEIRO

Dr. Quemer Queid Huaixan
OAB/SP 288.400
Advogado

Comunicados

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE

PREZADOS(AS) SENHORES(AS) ASSOCIADOS(AS)

A **ASSOCIAÇÃO ANTIALCOÓLICA DE PAULO DE FARIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 51.351.633/0001-85, representada por seu Administrador Provisório, o Sr. ALEXANDRE GUILHERME LIMA, nomeado nos autos do Processo nº 1000408-47.2020.8.26.0430, no uso das atribuições que lhe foram outorgadas, **CONVOCA** todos(as) os(as) Associados(as) para a Assembleia Geral Ordinária de Eleição e Posse da nova Diretoria Executiva e dos novos Conselhos Consultivo e Fiscal, a realizar-se no próximo dia **30 DE ABRIL DE 2021**, às **15H00MIN**, em sua sede, localizada na Avenida Theófilo Joaquim Ribeiro nº 399, Centro, na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, Código Postal nº 15.490-000, para deliberarem sobre:

1. ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO CONSULTIVO E DO CONSELHO FISCAL.

Com efeito, para que seja prestada ampla publicidade, determino que o presente edital seja fixado na entrada de sua sede e publicado na imprensa de circulação local.

Paulo de Faria - SP, 09 de abril de 2021.

ALEXANDRE GUILHERME LIMA
ADMINISTRADOR PROVISÓRIO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO DE FARIA, ESTADO DE SÃO PAULO.

A **ASSOCIAÇÃO ANTIALCOÓLICA DE PAULO DE FARIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 51.351.633/0001-85, com sede na Avenida Theófilo Joaquim Ribeiro nº 399, Centro, na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, Código Postal nº 15.490-000, representada por Administrador Provisório, nomeado nos autos do Processo nº 1000408-47.2020.8.26.0430, o Sr. ALEXANDRE GUILHERME LIMA, brasileiro, aposentado, portador da Cédula de Identidade nº 17.142.351-3 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Mistério da Fazenda sob o nº 047.627.258-03, residente e domiciliado na Rua Prefeito Queid Tufaile Huaixan nº 250, Jardim Jaçanã, na cidade de Paulo de Faria, Estado de São Paulo, Código Postal nº 15.490-000, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, **REQUERER** a publicação do Edital de Convocação para Assembleia Geral de Eleição e Posse, que ocorrerá no dia 30 de abril de 2021 (doc. anexo), no Diário Oficial Eletrônico do Município, cujas publicações deverão ser realizadas nos dias **09, 19 E 27 DE ABRIL DE 2021**. Ressalta-se, em tempo, que a ASSOCIAÇÃO possui função assistencial e sem fins lucrativos, razão pela qual não dispõe de recursos financeiros para arcar com as despesas das publicações necessárias à validação do ato e, portanto, o apoio do Poder Público se releva imprescindível.

Termos em que,

Pede deferimento.

Paulo de Faria - SP, 09 de abril de 2021.

ALEXANDRE GUILHERME LIMA
ADMINISTRADOR PROVISÓRIO